



CONVÊNIO Nº 003/2014

TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E OBRIGATÓRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA** E INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO-ULBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – DPE/RO**, de um lado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Rua Padre Chiquinho, nº 913 - Pedrinhas, nesta Cidade, neste ato, representada pelo Subdefensor Público-Geral do Estado, Dr. Edvaldo Caires Lima, portador da cédula de identidade nº 7889193 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 839.252.108-06, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Velho-RO, doravante designada **DEFENSORIA**, e de outro lado, **INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO-ULBRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 88.332.580/0060-15, com sede na Rua João Goulart, nº 666, bairro Mato Grosso, Porto Velho/RO, neste ato representada por Milcíades Alves de Almeida, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1174845 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 674.874.164-53, doravante designada **FACULDADE**, resolvem firmar o presente convênio, nos termos da Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas, na conformidade do Processo Administrativo nº 3001.586.2014-DPE:

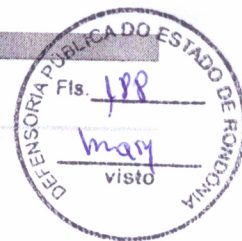
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio objetiva a realização de Estágio Não obrigatório e Obrigatório, aos estudantes da **FACULDADE**, mediante processo seletivo, para o desempenho, na **DEFENSORIA**, de atividades correlatas à área de formação, em conformidade com o disposto no Art. 9º, Inciso I da Lei 11 788, de 25 de setembro de 2008, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com a disponibilidade do estagiário, no núcleo da Defensoria Pública de Porto Velho-RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA

A **DEFENSORIA** tem por atribuições:

- a) Oferecer anualmente estágio não obrigatório e obrigatório, de acordo com a disponibilidade de vagas que serão disputadas em igualdade de condições com outras Instituições de Ensino, aos alunos da **FACULDADE** do curso de Graduação de Direito, bem como outros cursos que tenham correlação com as ações desenvolvidas pela mesma na prestação da assistência jurídica aos necessitados e nos convênios que celebre com outras Instituições.
- b) Acompanhar, orientar e avaliar as atividades decorrentes do estágio, através de seus técnicos;
- c) Selecionar através de processo simplificado os alunos encaminhados que disputarão as vagas existentes com outras Instituições de Ensino que também mantenham convênio com a **DEFENSORIA**;
- d) Elaborar Termo de Compromisso, que deverá ser assinado pelos alunos que forem selecionados, com interveniência da **FACULDADE**, para cumprimento das normas estabelecidas durante o período de estágio.
- e) Expedir, após o término do estágio, certificado de conclusão, mencionando o período a carga horária e a área em que o referido estágio foi desenvolvido



- f) Providenciar o Seguro de Acidentes Pessoais ocorridos no local do estágio, em favor do estagiário, conforme exposto no Artigo 9º Inciso IV da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 para os estágios Não Obrigatórios e para os quais exista interesse da DEFENSORIA para consecução de suas finalidades institucionais ou obrigações assumidas em contratos ou convênios;
- g) Estabelecer jornada de 05 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais a serem cumpridas de segunda a sexta-feira e finais de semanas caso haja necessidades, sem prejuízo das atividades discentes do bolsista; os alunos selecionados serão contratados pela Defensoria do Estado de Rondônia como bolsista receberão o valor mensal estipulado pela Defensoria como ajuda de custo já incluindo o vale transportes;
- h) Descontar proporcionalmente no valor da bolsa mensal, as faltas e os atrasos não justificadas;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DA FACULDADE

A FACULDADE tem por atribuições:

- a) Encaminhar o histórico curricular do curso pertinente, como parte da documentação exigida pela DEFENSORIA;
- b) Assinar o Termo de Compromisso de Estágio juntamente com o estagiário e o representante legal da Defensoria Pública;
- c) Analisar os resultados de trabalhos desenvolvidos pelos estagiários;
- d) Comunicar à DEFENSORIA, por escrito e com antecedência de 20 (vinte) dias, sobre o término ou eventual interrupção do curso regular de cada aluno ou sobre a necessidade de suspensão ou rescisão do estágio, informando as razões;
- e) Relatar à DEFENSORIA quaisquer ocorrência pertinentes ao estágio e ao aluno que modifiquem as condições iniciais do Termo de Compromisso de Estágio;
- f) Providenciar o Seguro de Acidentes Pessoais ocorridos no local do estágio, em favor do estagiário, conforme exposto no Artigo 9º Inciso IV da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 quando se trate de Estágio Obrigatório e que a DEFENSORIA esteja atuando como parceira na FACULDADE na consecução das suas finalidades educacionais;
- g) Para fins de atender a Programas Governamentais e Convênios, fica ao encargo da DEFENSORIA a contratação de Seguro de Acidentes Pessoais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VINCULO EMPREGATÍCIO

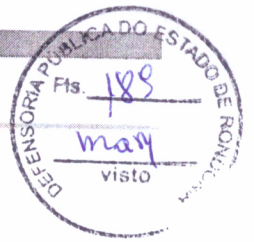
Os estagiários não terão vínculo empregatício de qualquer natureza com a Defensoria Pública, conforme preceitua o parágrafo do Artigo 3º da Lei nº11. 788 de 25 de setembro de 2008, cabendo a esta o pagamento da bolsa, nos termos pactuados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTAGIÁRIO

Os estagiários terão atribuições e os direitos prescritos no Regulamento Interno da Defensoria Pública e ficarão sujeitos aos deveres e penalidades do mesmo Regulamento, bem assim aos que foram estabelecidos pelas normas internas da FACULDADE.

CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE COMPROMISSO DOS ESTAGIÁRIOS

Cada estagiário assinará o Termo de Compromisso de Estágio que constituirá parte integrante deste instrumento e do qual constará declaração de sua concordância com todos os termos deste convênio



CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O presente convênio vigorará a contar da data de sua assinatura, terá vigência de um ano e poderá ser prorrogado através de termo aditivo por iguais e sucessivos períodos.


CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

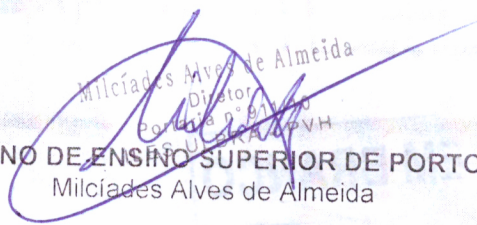
A inadimplência das obrigações contidas no presente convênio automaticamente em sua rescisão por quaisquer partes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia para dirimir questões e dúvidas decorrentes da execução deste Convênio. E por estarem de acordo quanto às cláusulas e condições deste convênio, o mesmo foi instrumentalizado em duas vias de igual teor e assinado pelas partes convenientes.

Porto Velho (RO), 26 de agosto 2014.


DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Edvaldo Caires Lima
Subdefensor Público-Geral do Estado


Milcíades Alves de Almeida
Diretor
Porto Velho, 26 de Agosto de 2014
INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO-ULBRA
Milcíades Alves de Almeida